



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEFAZ - PI

2023

SECRETARIA
DA FAZENDA - SEFAZ



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO.

PALAVRA DO SECRETÁRIO

O ano de 2023 foi desafiador por conta da recuperação da economia brasileira, tão afetada pelos efeitos negativos da pandemia COVID-19 e das leis complementares 192 e 194/22. E uma das consequências para os Estados foi a queda dos repasses federais, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a partir de julho do ano passado.



O governo teve que cortar despesas para conseguir manter o equilíbrio fiscal, porém não deixou de realizar obras e projetos importantes para o desenvolvimento do Estado, a exemplo da primeira etapa do Porto do Piauí, em Luís Correia.

Também continuou investindo na melhoria da infraestrutura, por exemplo, é referência no país, liderando o ranking de rodovias consideradas boas ou ótimas, como aponta dados divulgados pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O Piauí saltou da 5ª para a 1ª posição dos estados do Nordeste.

E em relação ao trabalho da SEFAZ-PI, também pudemos comemorar uma grande conquista: o Piauí recebeu do Tesouro Nacional o Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal por melhor grau de evolução do país no Ranking do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi 2023).

O Piauí também foi premiado como o Selo "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL - 2023" por ter obtido nota A (Aicf) no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) no Siconfi. No ranking geral, conquistou o 8º lugar entre todos os Estados do país, obtendo o percentual de 95,55%.

A SEFAZ-PI também recebeu várias outras premiações: conquistou o 1º lugar, na categoria tipo 2, do I Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública. E ainda recebeu o Prêmio Destaque do Controle Interno 2023, no 5º Fórum Piauiense de Controle Interno.

A Secretaria da Fazenda ainda fez um novo planejamento estratégico 2023-2026 para adequar as ações da Sefaz-PI às prioridades do novo governo. Com o apoio do Profisco II, também investimos em reformas, aquisição de equipamentos e softwares, visando melhorar o atendimento aos contribuintes piauienses. E também não esquecemos de conscientizar sobre a importância do pagamento de tributos, por meio do concurso "Cidadania nas Escola", em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Receita Federal (RFB).

Essas e outras ações podem ser conferidas neste Relatório de Gestão 2023, que visa prestar contas junto à população piauiense, inclusive quanto à aplicação dos recursos públicos. Em 2023, o Congresso Nacional também aprovou a tão almejada Reforma Tributária, que visa simplificar as regras fiscais, contribuindo para ajudar a economia a crescer, pois torna mais fácil para as empresas entenderem, pagarem seus impostos e realizarem o planejamento tributário.

Esperamos que a economia consiga se fortalecer, cada vez mais, para que possamos continuar investindo mais na melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida de todos os piauienses.

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Estadual de Fazenda

BALANÇO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA DO PIAUÍ (SEFAZ-PI) 2023

CAPÍTULO I

RECEITA ESTADUAL

INFORMAÇÕES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL (até novembro 2023)

I – Desempenho da Receita



A Arrecadação Fiscal do Estado do Piauí, considerando o valor bruto acumulado de janeiro a novembro, apresentou crescimento de 9,98% em relação a 2022, que corresponde a R\$ 1,14 bilhão, conforme a tabela 1.

O Fundo de Participação dos Estados - FPE apresentou um incremento de 2,93% quando comparado ao mesmo período de 2022. Diferente do comportamento observado nos últimos dois anos, o FPE passa por crescimento nominal tímido e abaixo da inflação do período, impactada especialmente a partir mês de julho de 2023. Tal cenário motivou a edição da Lei Complementar nº 201/2023, com vistas a compensar a redução nominal observada nos meses de julho e agosto de 2023, frente ao arrecadado em 2022.

No que se refere à Receita Tributária Própria - RTP (ICMS, IPVA, ITCMD, TAXAS e OUTROS) o percentual de incremento ficou em 17,11%. A RTP apresenta uma contribuição importante durante o ano de 2023, simbolizada por um crescimento na arrecadação de ICMS superior a 17%, sobretudo ao comparar com uma base de 2022 impactada negativamente pelas Leis Complementares 192 e 194/2022, pela elevação da alíquota modal para 21% e pela edição da Lei Complementar Estadual nº 269/2022.

Tabela 1. Desempenho da Receita Tributária Própria e do FPE - 2022-2023 (R\$ milhares)

Receita	Janeiro a Dezembro				Participação 2022	Participação 2023
	2022	2023	Δ% 23/22	ΔR\$ 23/22		
Receita Tributária Própria (RTP)	6.693.284	7.838.625	17,11%	1.145.341,11	49,67%	52,89%
FPE	6.783.054	6.982.046	2,93%	198.992,06	50,33%	47,11%
Total	13.476.338	14.820.671	9,98%	1.344.333	100%	100%

Fonte: SEFAZ PI-UNICAD/Sistema Integrado de Administração Tributária-SIAT.

O **Gráfico 1** apresenta a relação entre arrecadação própria e o FPE, no período de 2002 a 2023. No presente exercício, a receita tributária própria registrou 117,11% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, ano passado o índice foi de 98,68% até dezembro. Esse desempenho revela a queda da receita referente ao FPE pela razão citada anteriormente.

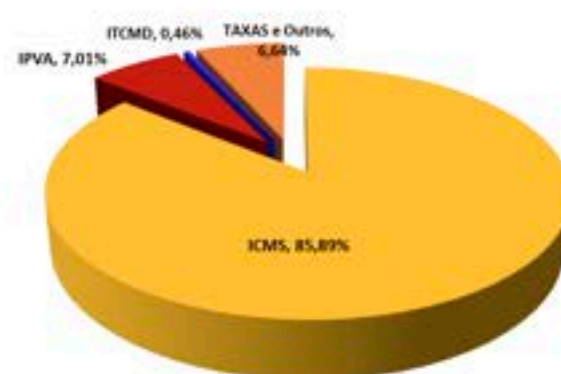


O **Gráfico 2**, por outro lado, evidencia a evolução dos valores brutos, em milhares, arrecadados no período de 2002 a 2023.



O **gráfico 3**, abaixo, evidencia a supremacia do ICMS no bolo da receita tributária do Estado, com 85,89% de participação em 2023. Vale anotar que essa participação em 2022 foi de 86,30%, o que revela uma diminuição de 0,41%. O grupo TAXAS e Outros, por sua vez, apresenta uma elevação de 0,78% em relação a 2022.

Gráfico 3 - Participação dos Tributos na Arrecadação Própria em 2023

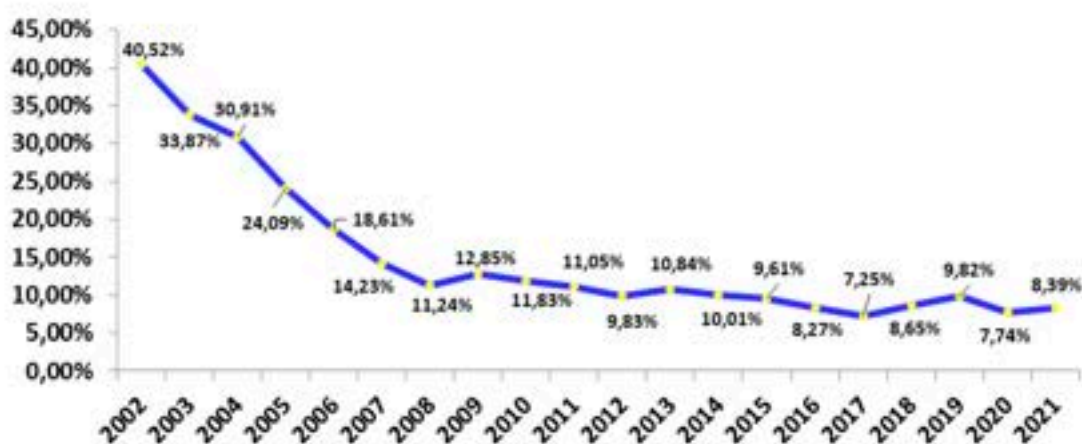


II. Equilíbrio Fiscal



Gráfico 4 - Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida.

Gráfico 5 – Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e o PIB



Projeção de crescimento do PIB para 2024 = 1,60%.

Trata-se da variação PIB projetada no boletim Focus publicado em 26/01/2024.

- CAPAG B
- Capacidade de Endividamento em 2023: 2 vezes a RCL = 30,76 bilhões
 - DCL = 7,24 bilhões
 - Margem para novas operações de crédito = 23,52 bilhões
- Pagamento da Folha de Pessoal dentro do mês;
- Abono para profissionais do magistério - Abono FUNDEB;

CAPÍTULO II

TESOURO ESTADUAL

Piauí é referência na gestão e transparência das finanças públicas

Como resultado da eficiente gestão das finanças públicas, o Estado do Piauí vem cumprindo suas metas fiscais. Esse desempenho pode ser evidenciado nos relatórios definidos em Lei emitidos e elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PI). O percentual de gastos com as despesas de pessoal do Poder Executivo ficou em 40,15% abaixo do limite de alerta que é de 44,10% e abaixo do limite máximo de 49%. O Estado também cumpriu as metas fiscais da dívida consolidada, e cumpriu também os mínimos constitucionais na área de educação e saúde, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, entre outros.

O Estado aplicou em despesas com ações e serviços públicos de saúde até o sexto bimestre de 2023 cerca de 1,8 bilhão de reais, o que representa 14,12% da receita de impostos e transferências, ficando acima do limite mínimo constitucional de 12%. Quanto aos gastos com educação, nos últimos anos, o Estado do Piauí vem cumprindo também os limites estabelecidos. Conforme dados da LRF, apurados até o último quadrimestre de 2023, do mínimo exigido de 25% das receitas resultantes de impostos, a serem aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Estado do Piauí aplicou 26,03 %.

O Estado do Piauí foi destaque nacional recebendo o Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi 2023), referente às informações que o Governo presta para o Tesouro Nacional. A premiação ocorre em virtude do Piauí ter ocupado o primeiro lugar em evolução no Ranking da Qualidade da Informação Fiscal e Contábil, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, o Estado obteve NOTA A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Setor Público Brasileiro, a maior classificação do Tesouro Nacional.

O governo do Estado do Piauí tem alcançado progressos notáveis, especialmente no que diz respeito à pontualidade no pagamento dos salários dos servidores. Um marco importante nesse avanço é a implementação da segunda etapa do sistema de Declaração à Receita Federal - SIDEC pela UNIGEF (Unidade de Gestão Financeira do Estado), focada no controle e monitoramento da Folha de Pagamento e das obrigações tributárias. Além disso, a equipe responsável está empenhada na integração do SIAPE-SIAFE por meio de webservice, uma abordagem mais segura e confiável. O objetivo principal desse projeto é reduzir significativamente o tempo de processamento da folha, visando concluir esse procedimento em menos de uma hora. Todas essas melhorias desempenharam um papel crucial no aprimoramento do módulo Fluxo de Caixa.

Como resultado, proporcionam ao gestor uma maior capacidade de tomada de decisões no âmbito das finanças públicas. Esses avanços refletem o comprometimento do governo do Estado do Piauí em modernizar e otimizar seus processos, buscando eficiência e transparência na gestão financeira.

Em 2022 a Unidade de Gestão e Programação do Gasto Público-UNIGGP/SUTESP implementou o projeto de descentralização de créditos orçamentários no Poder Executivo do Estado do Piauí. E em 2023 a unidade auxiliou na elaboração do DECRETO Nº 22.380, de 05 de setembro de 2023, normatizando o procedimento que é uma prática moderna e eficiente para execução do orçamento público.

Além disso, implementou o projeto no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeiro do Estado do Piauí, garantindo o controle da execução descentralizada dos créditos orçamentários.

Outro projeto importante coordenado pela UNIGGP foi a elaboração do Manual de Retenções de Imposto de Renda sobre o pagamento de bens e serviços e palestra de apresentação e treinamento. Foram realizadas ainda configurações no SIAFE-PI para adaptar a execução das retenções as alterações ocorridas na Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Esse projeto foi muito relevante para obtenção de um incremento significativo na retenção de imposto de renda sobre pagamento de bens serviços. Após a publicação do Manual e realização de monitoramento essa receita cresceu aproximadamente R\$ 5 milhões/mês.

Governo aplicou R\$2,7 bilhões em investimentos no ano de 2023



Outro projeto importante coordenado pela UNIGGP foi a elaboração do Manual de Retenções de Imposto de Renda sobre o pagamento de bens e serviços e palestra de apresentação e treinamento. Foram realizadas ainda configurações no SIAFE-PI para adaptar a execução das retenções as alterações ocorridas na Instrução Normativa no 1.234/2012.

Esse projeto foi muito relevante para obtenção de um incremento significativo na retenção de imposto de renda sobre pagamento de bens e serviços. Após a publicação do Manual e realização de monitoramento, essa receita cresceu aproximadamente R\$ 5 milhões/mês.

Outro grande avanço para o Estado do Piauí foi a aplicação de recursos na área de investimentos. O Governo do Estado destinou mais de R\$ 500 milhões somente na fonte do Tesouro Estadual nesse setor, e no total com outras fontes de recursos mais de R\$ 2 bilhões de reais o que propiciou alavancar ainda mais o desenvolvimento de obras e investimento em infraestrutura no Estado.

INVESTIMENTOS

Total 2023: R\$ 2,7 bilhões

ITEM	2020	2021	2022	2023
Fonte 100	359.468	701.591	911.265	553.157
Outras Fontes	434.473	984.817	1.665.674	2.180.457
Total dos Investimentos	793.941	1.686.408	2.576.939	2.733.614

*Valores empenhados

O Tesouro Estadual/SEFAZ-PI acompanha as tratativas de contratação de novas operações de crédito junto aos órgãos internacionais (BID, BIRD e FIDA) e também junto ao Banco do Brasil. O montante das contratações fica acima de mais de R\$ 3 bilhões em 2023. Isso só foi possível graças aos bons indicadores fiscais do estado, sobretudo, considerando o grau de endividamento e a capacidade de pagamento do Estado, que é analisado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o acompanhamento da SEFAZ/UNIGED (Unidade de Gestão da Dívida Pública). O Governo do Piauí, através do Tesouro Estadual, tem feito esforços para investir no aprimoramento dos seus sistemas. Outro grande feito é a modernização do Sistema de Gestão de Dívida (SIGED) com integração ao SIAFE-PI. Esse moderno sistema substitui o antigo sistema Gestão da Dívida Pública (GDP), que não atendia mais às necessidades tecnológicas que todo o aparato de gerenciamento das informações requer. O atual e moderno Sistema vai propiciar melhores condições de análise, transparência, eficiência e controle da dívida pública do Estado. A Unidade de Gestão da Dívida Pública (UNIGED) intensificou seus esforços para que essa modernização acontecesse em tempo hábil.

Outro grande avanço no ano de 2023 foi a implementação da ferramenta Flexvision 3, que permite a execução mais célere dos relatórios gerenciais, bem como a construção de gráficos, trazendo uma visualização mais moderna aos gestores do estado. Também em 2023 foram retomados os cursos para os usuários do SIAFE, tendo sido capacitados 477 usuários, com um total de 200 horas de aulas ministradas por servidores efetivos, lotados na Unidade de Controle Contábil. Os cursos foram divididos em 4 módulos – Execução Orçamentária, Execução Financeira, Contabilidade e Relatórios, tendo as turmas sido divididas em 5 ciclos, de modo a tornar a turma o mais homogênea possível.

Como destaque do exercício de 2023, cita-se ainda a implantação da nova classificação por fonte ou destinação de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 2021, bem como a classificação de Ativos e Passivos por fonte de recursos. Essa ação proporciona o alinhamento de Estado do Piauí com a contabilidade nacional.

O moderno Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PI) adquirido, há sete anos, é um dos grandes investimentos na área do Tesouro para garantir um maior controle no âmbito das finanças. Este Sistema continua sendo aperfeiçoado e atualizado com novas tecnologias para acompanhar os avanços que a modernidade requer na área da administração financeira e contábil.

Em 2023, o Governo do Estado, através do Tesouro Estadual, deu continuidade na implantação de novos módulos integrados ao SIAFE-PI, como o de dívida, fluxo de caixa, patrimonial, contratos e integrações, bem como foi feita a revisão da conformidade das práticas contábeis adotadas pelo Estado, como por exemplo a contabilização do pagamento de precatórios, adequado agora às práticas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

CAPÍTULO III

PROFISCO II

Governo investe **R\$ 44,21 milhões** na modernização da gestão fazendária

Uma das prioridades do Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Fazenda, é investir na modernização, por meio do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal dos Estados por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público. Até o mês de novembro (28/11) desse ano, foram investidos recursos na ordem de R\$ 44.218.810,90.



Novo posto fiscal de Jorrante, em Uruçuí



Reforma da sede da SEFAZ no Centro Administrativo

Desse total, foram aplicados cerca de R\$ 12.354.740,40 para reforma e modernização do posto fiscal da Tabuleta, em Teresina, e construção do novo posto fiscal de Jorrante, em Uruçuí. Além disso, parte desses recursos foram investidos na reforma e modernização do prédio sede da SEFAZ, na avenida Maranhão. Cerca de R\$ 5.474.000,00 ainda foram disponibilizados para construção do prédio anexo da Sefaz, onde funcionará a Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação (UNITEC), que deve ser inaugurado no início do ano de 2024.

Foram investidos ainda R\$ 20.920.973,96 para aquisição de bens, entre estes, licenças de softwares, tablets e impressoras, computadores e monitores, veículo, drones para fiscalização, mobiliário, além da aquisição de container para abrigar o novo data center e aquisição do novo elevador para o prédio sede da Sefaz.

Além disso, foram investidos R\$ 1.799.546,35 em capacitação dos servidores públicos, R\$ 5.577.229,70 em consultoria e R\$ 3.566.320,49 em outros serviços.

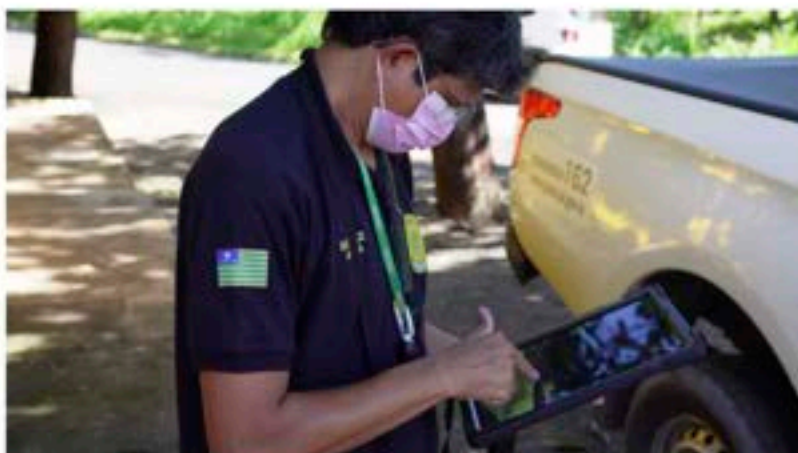
Aquisição de Drones vai melhorar fiscalização de mercadorias em trânsito.



Além da aquisição dos drones para melhorar a fiscalização, a SEFAZ, por meio da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (UNITRAN), realizou um curso de treinamento para uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conhecidos por drones. Durante o treinamento, servidores foram instruídos como manusear corretamente a ferramenta.

A secretaria adquiriu doze (12) aparelhos para melhorar as ações de fiscalização no estado. Equipados com câmeras, os drones serão usados nos Postos Fiscais, atuando na identificação de possíveis depósitos clandestinos, rotas de desvio dos postos fiscais e planejamento de ações mais assertivas.

Aquisição de tablets e impressoras modernizam e agilizam fiscalização itinerante.



Esses investimentos do PROFISCO permitem avanços significativos na melhoria da fiscalização de mercadorias em trânsito, que são lotados na Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (UNITRAN) da Sefaz. Esse ano de 2023 foram entregues tablets e impressoras para melhorar e agilizar o trabalho da fiscalização volante, a blitz itinerante. Foram investidos cerca R\$ 298,25 mil para aquisição desses equipamentos. Além disso, a Sefaz também já adquiriu carros para melhorar o trabalho da fiscalização e ainda reformou vários postos fiscais, visando atender, cada vez melhor, os contribuintes piauienses.

CAPÍTULO IV

Governo adota medidas para beneficiar população de baixa renda

Sanciona lei que zera IPVA de ônibus e reduz dívidas em 90% de motos



O governo estadual sancionou, em março de 2023, a lei no 7.995, que institui o Programa de Regularização de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e taxas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí (Detran) e da Secretaria de Estado dos Transportes (Setrans).

A medida ofereceu desconto de 90% nas dívidas de IPVA e nas taxas de licenciamento e multas de trânsito do Detran e Setrans, relativas a anos anteriores a 2023 (geradas ou constituídas até dezembro de 2022), para os proprietários de veículos de duas rodas (motos) com até 170 cilindradas que optaram pelo pagamento dos referidos débitos à vista. Portanto, tiveram a oportunidade de pagar apenas 10% do valor do referido débito.

O programa da anistia ainda ofereceu outros benefícios para esses proprietários de motocicletas de até 170 cilindradas, incluindo: a redução do valor da taxa anual de licenciamento, de R\$ 73,44 para R\$ 48,81; a redução da taxa de primeiro emplacamento, de R\$ 148,50 para R\$ 99,36; e redução da taxa para carteira de habilitação para moto (A), de R\$ 302,40 para R\$ 198,72.

Outros benefícios fiscais para população de baixa renda

Além da isenção do IPVA 2023 para proprietários de motos de até 170 cilindradas, o Governo do Estado ainda concedeu outros benefícios na área tributária, visando facilitar o atendimento e a regularização dos contribuintes de baixa renda, a exemplo das medidas anunciadas ainda no primeiro trimestre desse ano.

Entre as medidas principais, estão a isenção automática do IPVA para os taxistas de Teresina, a redução da alíquota dos produtos da cesta básica, de 12 para 7%, e do gás de cozinha, reduzida de 18 para 12%.

NOVA LEGISLAÇÃO DO ICMS



Após 15 anos da publicação da lei tributária estadual (Decreto no 13.500/2008), o governo estadual lançou, em março desse ano, o Novo Regulamento do ICMS, publicado por meio do decreto no 21.866/23, que rege as operações sujeitas ao ICMS a partir de 8 de março desse ano.

O trabalho, realizado por uma equipe de auditores da Sefaz, teve como objetivo rever, atualizar e compilar as disposições regulamentares que disciplinam a cobrança do ICMS no Estado do Piauí, com vistas a melhorar o ambiente de trabalho tanto dos profissionais do fisco, como dos contadores, advogados, empresários e cidadãos.

Também foi realizada uma ampla divulgação do documento, junto aos servidores da Sefaz, além de outros órgãos parceiros e interessados no tema, a exemplo do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRC-PI).



TRANFORMAÇÃO DIGITAL

Sefaz disponibiliza serviços no portal GOV-PI Empresas para facilitar vida dos contribuintes



Visando facilitar a vida dos contribuintes do Estado, a Secretaria Estadual da Fazenda disponibiliza vários serviços no portal Piauí Digital Empresas (GOV PI Empresas), que é integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim). A plataforma foi lançada pelo governo como parte do processo de informatização e digitalização dos serviços do Estado.

Dessa forma, vários serviços estão sendo disponibilizados numa única plataforma, facilitando tanto para os cidadãos quanto para os contribuintes que necessitam desses serviços do Estado. No mesmo local, eles vão poder acessar tanto os serviços da Sefaz como de outros órgãos que têm relação com esses contribuintes, a exemplo da Jucepi, da Adapi, e do Detran. Agora poderão encontrar os serviços unificados em um mesmo ambiente virtual.

Saiba quais são os principais serviços

Dentre os serviços disponibilizados pela Sefaz, está a Agenda Tributária, que fornece informações a respeito dos prazos sobre obrigações principais e acessórias e ainda consulta à legislação tributária, assim como os atos normativos referentes aos tributos da competência do Estado do Piauí.

O contribuinte também pode consultar vários serviços da Agência Virtual de Atendimento (e-AGEAT), entre estes: ciência sobre auto de infração, pendências de declaração, situação fiscal tributária ou dívidas pendentes referentes ao ICMS e ao IPVA, assim como poderão emitir boletos para pagamento dos referidos impostos, inclusive fazer parcelamento de débitos. E ainda podem conseguir autorização para emitir documentos fiscais, a exemplo da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), dentre outros.

Também podem acessar na plataforma o canal de atendimento “Fale com a Sefaz”, onde pode consultar cadastro, CPF na Nota, Declarações Eletrônicas, Documentos Eletrônicas, Denúncias Relacionadas ao ICMS, IPVA, ITCMD, Malha Fiscal, Postos Fiscais, Restituição de Pagamentos Indevidos e Taxas Estaduais. E ainda pode conversar com a atendente virtual da Sefaz, a Teresa.

Além disso, também pode consultar os processos disponibilizados para a Sefaz por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dentre outros serviços. Para saber mais sobre os serviços da Sefaz e de outros órgãos estaduais disponíveis, acesse <http://www.piauidigital.pi.gov.br>

CAPÍTULO V

CGE

Governança fortalecida: Conquistas e inovações da CGE em um ano de capacitação e controle

Ao longo de 2023, a Controladoria-Geral do Estado desenvolveu um trabalho orientativo e de assessoria aos gestores, buscando contribuir para a eficiência, eficácia, efetividade, além da transparência e legalidade dos atos da gestão pública estadual.

Uma forte atuação da SUPCGE foi na capacitação de servidores estaduais, que resultou em mais de 1.250 servidores capacitados e certificados em áreas como fiscalização de contratos, controle interno, eSocial, obras e serviços de engenharia, Transferências Voluntárias, Finanças e Contabilidade, Processo Administrativo e Sindicância, entre outros.



Audidores da CGE

Os trabalhos orientativos também permitiram a regularização de pendências fiscais dos órgãos referentes a débitos previdenciários oriundos do eSocial e EFD-Reinf, bem como a adesão dos órgãos e entidades estaduais ao Programa de Recuperação Fiscal de Teresina – Refis THE, destinado a promover a adimplência de sujeitos passivos no Município de Teresina. Somente este último possibilitou uma economia de mais de R\$ 16 milhões referentes a juros e multas renegociadas junto à Secretaria de Finanças de Teresina.

A descentralização dos trabalhos dos auditores governamentais tem sido uma das estratégias para contribuir, de forma mais efetiva, com a gestão. Com a presença de 14 auditores setoriais distribuídos nos órgãos, a SUPCGE possibilitou avaliar riscos, mensurar vantajosidade, economicidade, eficiência e efetividade, de acordo com as necessidades específicas de cada órgão. O trabalho dos setoriais resultou em mais de 1 mil manifestações técnicas com conclusões e recomendações de auditoria aos gestores.



Capacitações promovidas pela CGE

A CGE também acompanha Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos, por meio do Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN (ferramenta desenvolvida e gerenciada pela Controladoria), que contribui para a correta aplicação dos recursos públicos. Em 2023, foram avaliados mais de R\$ 17,5 bilhões, com o uso do Sistema, referentes a contratações, pagamentos de despesa, prestação de contas e execução contratual, o que permitiu um maior controle das despesas dos órgãos.

Outro importante direcionamento nos trabalhos da CGE foi no desenvolvimento de sistemas que possibilitem aos gestores melhor acompanhamento dos trabalhos, aliando controle à necessidade de inovação tecnológica para promover a transformação digital na gestão pública.

Entre as principais está o desenvolvimento, em parceria com a SEPLAN e ETIPI, do dashboard Índice de Competitividade dos Estados, um painel de Business Intelligence (BI) que possibilita uma visão histórica e detalhada com indicações de melhoria geradas pela Inteligência Artificial. Destaca-se, ainda, o dashboard do FalaBR, que permite acompanhar o andamento de todas as manifestações referentes aos pedidos de acesso à informação recebidas via FalaBR direcionadas ao Estado do Piauí.

CAPÍTULO VI

FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS (UNIFIS)

SEFAZ aprimora fiscalização de empresas, priorizando a abordagem colaborativa na relação entre Fisco e Contribuinte



1. Ações Fiscais

Durante 2023, o fisco piauiense distribuiu 826 ordens de serviço em diversas ações fiscais, buscando fortalecer a abordagem colaborativa na relação entre Fisco e Contribuinte. Estas ações incluem Monitoramento (422), Auditoria Pontual (256), Auditoria Homologatória (77), Atendimento (63) e Malhas Fiscais (8), com ênfase crescente em medidas preventivas e direcionadas.

1.1 Monitoramento

O monitoramento do comportamento dos maiores contribuintes tem destaque pela importância na arrecadação do estado, pois eles possuem uma grande capacidade contributiva e um elevado potencial econômico.

O monitoramento é constante e baseado em informações da EFD - Escrita Fiscal Digital. O objetivo é prover o Estado de recursos, induzindo os contribuintes a pagar efetivamente seus tributos, de acordo com a legislação.

No ano de 2023 foram monitoradas 422 empresas, notadamente das operações dos maiores contribuintes, visando manter a estabilidade da arrecadação tributária do Piauí. Essas empresas são apenas aproximadamente 0,74% do total de empresas (desconsiderando os MEI - Microempreendedor Individual) do Piauí e são responsáveis por grande parte da arrecadação do Estado.

1.2 Auditoria

1.2.1. Auditoria Fiscal

Em 2023, foram lavrados 5.064 autos de infração, totalizando R\$259,34 milhões, um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Essas autuações, que envolveram 2.180 contribuintes, focaram majoritariamente (80%) no descumprimento de obrigações acessórias.

1.2.2. Auditoria Fisco-Contábil

A UNIFIS iniciou em 2023 o projeto de Auditoria Fisco-Contábil, analisando 12 grupos empresariais com base na Escrituração Contábil Digital (ECD). Com a assistência de consultoria especializada, foram realizadas atividades como ajustes na legislação, criação de roteiros de auditoria, definição de critérios para malhas fiscais e desenvolvimento de um sistema protótipo para visualização de ECD. O Piauí também se destacou como o primeiro estado do Norte-Nordeste a implementar o SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias) em auditorias fisco-contábeis, em parceria com o MPF, permitindo análises detalhadas das movimentações bancárias dos contribuintes dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela Lei Complementar no 105/2001.

2. Sistema Especializado com Inteligência Artificial Para Detecção de Fraude Fiscal



O Sistema de Auditoria Fiscal com Inteligência Artificial (SAFIA) representa um marco na detecção de fraudes fiscais. Utilizando inteligência artificial, o sistema aprende padrões de comportamento, identifica anomalias e emite alertas em tempo real, permitindo ações imediatas da SEFAZ. Sua capacidade de processar grandes volumes de dados assegura uma coleta, estruturação e análise eficiente, promovendo resultados precisos e transparentes.

A inteligência artificial se mostra essencial no combate à fraude fiscal, um setor marcado por métodos de evasão em constante evolução. O SAFIA permite aos auditores fiscais realizarem consultas específicas e análises profundas para identificar irregularidades com precisão.

Em 2023, o sistema foi crucial na detecção da anomalia "Divergência CST60", onde operações foram classificadas incorretamente como sujeitas à substituição tributária. Isso resultou em várias intimações ao longo do ano. Até o mês de novembro desse ano, foram emitidos 9 lotes de intimação, de março a novembro, impactando 66 grupos empresariais e 343 inscrições estaduais, totalizando R\$18,6 milhões. Importante destacar que as intimações são organizadas por grupo empresarial, abrangendo diversas inscrições estaduais. Incluindo ações do ano anterior, as intimações totalizam R\$ 32,3 milhões, conforme venção de fraudes.

Intimações total					
Anomalia	Data	#Lotes	Qtd int.	Qtd IE's	Valor Intimado
Div_Aliq	fev22 a jul22	6	51	191	R\$ 6.873.723,50
CST40	ago22 a dez22	5	54	139	R\$ 6.861.358,45
CST60	mar23 a nov23	9	66	343	R\$ 18.636.938,33
Total	Total	20	171	673	R\$ 32.372.020,28

Destaca-se que cerca de 52,6% das intimações já finalizadas resultam em autorregularização por parte do contribuinte, por meio de declaração complementar, denúncia espontânea, ajustes na EFD ou emissão de notas fiscais complementares.

INTIMAÇÕES FINALIZADAS

Status_intimacao	Qtd int.	Valor Intimado	Valor constituído
Improcedente	8	R\$ 1.861.407,49	R\$ 0,00
DC/DE	65	R\$ 9.741.008,40	R\$ 11.594.439,11
AI	40	R\$ 9.799.494,41	R\$ 10.689.726,25
Nfe Compl.	1	R\$ 368.798,94	R\$ 204.467,00
Retif/Ajuste EFD	3	R\$ 251.071,96	R\$ 76.948,96
Total	117	R\$ 22.021.781,21	R\$ 22.565.581,32

3. Suporte a Documentos Fiscais

Neste ano, a equipe dedicou esforços significativos para oferecer suporte aos processos de baixa e normalização de documentos fiscais chave, incluindo NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica) e CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico). Este trabalho é essencial para manter a conformidade e eficiência no tratamento de dados fiscais.

Além disso, foi desenvolvido um fluxo integral para a baixa e normalização dos arquivos eletrônicos da ECD (Escrituração Contábil Digital). Esta inovação abre caminho para a criação de malhas fiscais automáticas aplicáveis a todos os contribuintes, melhorando significativamente a eficiência dos processos de fiscalização. A normalização dos dados da ECD também facilita a implementação de sistemas de fiscalização mais robustos e precisos.

Um ponto de destaque foi o aprimoramento no tratamento da DIMP (Documento de Informações de Movimentações com Pagamentos). A equipe reformulou completamente o processo de baixa e normalização desse documento fiscal, que contém informações vitais sobre transações com cartão e PIX realizadas pelos contribuintes. Este avanço é particularmente relevante, pois permite a criação de uma malha fiscal com alto potencial de arrecadação para o Estado. O cruzamento das informações de pagamento da DIMP com o faturamento declarado pelos contribuintes oferece uma visão mais precisa e detalhada, potencializando a eficácia das ações fiscais e garantindo uma justiça tributária mais efetiva. Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo da equipe em aprimorar a gestão fiscal, utilizando tecnologia avançada para assegurar a precisão e eficiência na coleta e análise de dados fiscais.

4. Elastic Stack: Uma Nova Fronteira na Análise de Dados Fiscais

Em nossa jornada contínua de inovação e melhoria, a colaboração com o SAFIA (Sistema de Auditoria Fiscal com Inteligência Artificial) revelou o potencial impactante do Elastic Stack em nossos processos de análise de dados. Identificamos que as ferramentas oferecidas pelo Elastic Stack apresentam funcionalidades similares às do SAFIA, com a vantagem adicional de proporcionar maior autonomia em nossos projetos de análise de dados.

Com essa percepção, implementamos um cluster de banco de dados especializado, complementado por um cluster dedicado à analytics e machine learning. Esta estrutura avançada já está processando dados da NF3e (Nota Fiscal de Energia Elétrica) e, em breve, incorporará uma ampla gama de outros documentos fiscais, como NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica), CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais), DIMP (Documento de Informações de Movimentações com Pagamentos), EFD (Escrituração Fiscal Digital), ECD (Escrituração Contábil Digital), entre outros.

Esta implementação do Elastic Stack abre novas possibilidades em nossos fluxos de trabalho, especialmente na pesquisa textual e na aplicação de técnicas de Processamento de Linguagem Natural (NLP). A automação de somatórios e buscas textuais, frequentemente utilizadas e intensivas em termos de recursos de banco de dados, será uma mudança significativa. Essa otimização não só economiza recursos valiosos, mas também acelera o processo de análise, proporcionando aos nossos auditores ferramentas mais eficientes e atualizadas.

Essa evolução tecnológica nos posiciona de forma mais competitiva frente ao novo panorama tecnológico emergente, melhorando substancialmente os serviços prestados. Com o Elastic Stack, fortalecemos nossas capacidades em fiscalização, detecção de fraudes e anomalias, e abrimos caminho para oferecer suporte mais efetivo aos contribuintes no futuro. Reconhecemos que, embora o Elastic Stack não seja uma solução única para todos os desafios, ele representa um salto significativo para um novo nível de eficiência e eficácia em nossos processos fiscais.

5. Atualização do Guia Prático da EFD

Em julho de 2023, publicamos a versão 1.5 do “Guia Prático da EFD” com atualizações baseadas no novo RICMS (Decreto 21.866/2023). Foi um trabalho intenso de revisão de todo o Guia, com a atualização de todas as orientações com base nos artigos do novo RICMS.

A nova versão apresentou a atualização para procedimentos específicos, ampliando sua abrangência e dando maior clareza. Entre as novidades, destacaram-se os 61 novos ajustes a serem utilizados nos registros de Ajuste/Benefício/Incentivo da Apuração do ICMS.

Além disso, publicamos 14 novas orientações, abrangendo tópicos como o Crédito de Restituição, as Operações de Devolução e Revenda, a Substituição de NF3-e e CT-e, a Escrituração de cobrança de trânsito nos casos em que a obrigação do pagamento ocorre antes da entrada da mercadoria no estabelecimento, o Controle das operações com destino à exportação ou equiparadas à exportação e o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Piauí – FDI/PI e as Operações com Gado e Aves. Além disso, o guia também atualizou outras orientações importantes, como as relativas aos Regimes Especiais.

Divulgação mensal do boletim de Documentos Fiscais do Piauí que se destina à análise da emissão de documentos fiscais no Estado do Piauí, visando auxiliar a gestão fazendária na tomada de decisão. As análises realizadas permitem aferir o comportamento da economia piauiense sob a ótica das informações fiscais de contribuintes do ICMS baseado nos Documentos Fiscais Eletrônicos emitidos.

CAPÍTULO VII

Modernização da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (UNITRAN)

1. CENÁRIO ATUAL

O modelo atual da fiscalização de mercadorias em trânsito no estado do Piauí é desenvolvido basicamente em quatro níveis de atuação:

- Postos Fiscais de Fronteira -



Contemplados recentemente com reforma, pavimentação asfáltica, climatização dos ambientes, troca dos mobiliários, computadores novos, veículos pick-ups, e sinalização (cones, comunicação visual e totem). No montante de 14 (quatorze), os postos fiscais de fronteira atuam na fiscalização das mercadorias, com aferição do peso e inspeção física, além de promover o processamento de documentos fiscais eletrônicos,

através do SISAT (Sistema Ágil de Transportadoras), que proporcionou a antecipação das cobranças dos DF-e (documentos fiscais eletrônicos) destinados ao Piauí. No Complexo do Posto Fiscal da Tabuleta, em Teresina, a Unitran (Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito), através do Profisco 2, dispõe de ferramenta integrada de fiscalização, composta por scanner, ocr e balança dinâmica, que proporciona agilidade, assertividade e segurança nas atividades de fiscalização;

- Postos Fiscais Especiais -

Com atuação no Aeroporto e Correios (centro de distribuição), essas unidades foram contempladas com atualização do parque tecnológico e do mobiliário, mas não passaram por reforma, devido estarem sediados em prédio de terceiros e com ampla reforma prevista pelas instituições para o ano de 2024;

- Fiscalização Volante -

Com atuação em todo território piauiense, com novas viaturas, sendo pick-up (12) e carros leves (08), embarcados com tablets e impressoras térmicas de modo a desembaraçar as ações fiscais no local da abordagem, a partir do aplicativo Blitz Mobile, desenvolvido pela unidade de tecnologia da Sefaz/PI. A fiscalização volante também dispõe de 08 (oito) VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados), conhecidos popularmente por DRONES. Os drones, equipados com câmeras, atuam na identificação de possíveis depósitos clandestinos, de rotas de desvio dos postos fiscais, assim como, no planejamento de ações de fiscalização, afastando o viés da subjetividade nas operações da Fiscalização Volante.

- Central de Operações Estaduais (COE) -

Contemplada recentemente com duas viaturas pickups, drone, tablets e impressoras térmicas, a COE tem como as principais atividades o combate à fraude e ilícitos fiscais, que podem ser crimes tributários, além de subsidiar a unidade de tributação no cancelamento de inscrições e inidoneidade de notas emitidas por empresas fantasmas, e responder às demandas de informações solicitadas por outros setores e órgãos.

INVESTIMENTOS UNITRAN

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Obras (reformas, construção)	12.427.974,29
Solução Integrada (scanner, ocr e balança)	13.996.245,60
Veículos Pick up	4.083.499,00
Veículos leves	292.000,00
Giroflex (sinalizadores sonoros e visuais)	102.499,97
Tablets e impressora	298.251,20
Postos Fiscais Móveis (aquisição em andamento)	1.780.000,00
Drones	92.280,00
Leitores QR Code	47.999,73
Cones de sinalização de trânsito	65.999,68

2. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Com a aplicação dos recursos acima, a Unitran modernizou-se, trazendo:

- Agilidade no desembaraço da fiscalização, visto a implantação dos recursos tecnológicos como: scanner, ocr, tablets, impressora térmicas;

- Aumento da percepção de risco, devido à modernização da fiscalização eletrônica, onde utilizamos as imagens capturadas por câmeras ocrs, de outros órgãos da administração direta, Secretaria de Transportes, e de outras esferas, como a PRF, e até privados, como a Bluercorp (operador nacional Brasil-ID), por exemplo;

- Melhoria no ambiente de trabalho, devido a ampla reforma dos postos fiscais;

- Aumento na arrecadação, devido o crescimento da quantidade de processamento dos DF-e;

- Melhoria na prestação de serviço público, com a climatização dos atendimentos nos postos fiscais e disponibilização de consultas públicas da situação da mercadoria;

Seguem dois demonstrativos que comprovam a evolução, tanto no processamento de DF-e (Documentos Fiscais Eletrônicos), como no número de abordagens da fiscalização volante, certificando a eficiência das ferramentas inseridas nas atividades de fiscalização.

EVOLUÇÃO DO PROCESSAMENTO DF-e

EXERCÍCIO	Nº DE DOCUMENTOS PROCESSADOS
2020	1.058.858
2021	1.272.401
2022	1.486.463
2023 (até 12/12/2023)	1.484.443

Fonte: Sisat

EVOLUÇÃO ABORDAGENS/DILIGÊNCIA - FISCALIZAÇÃO VOLANTE

EXERCÍCIO	Nº ABORDAGENS/DILIGÊNCIAS
2020	6.857
2021	11.413
2022	18.778
2023(até 30/09/2023)	13.163

Fonte: Relatório glia metas

CAPÍTULO VIII

UNICAT

SEFAZ prioriza melhorias no atendimento aos contribuintes do estado

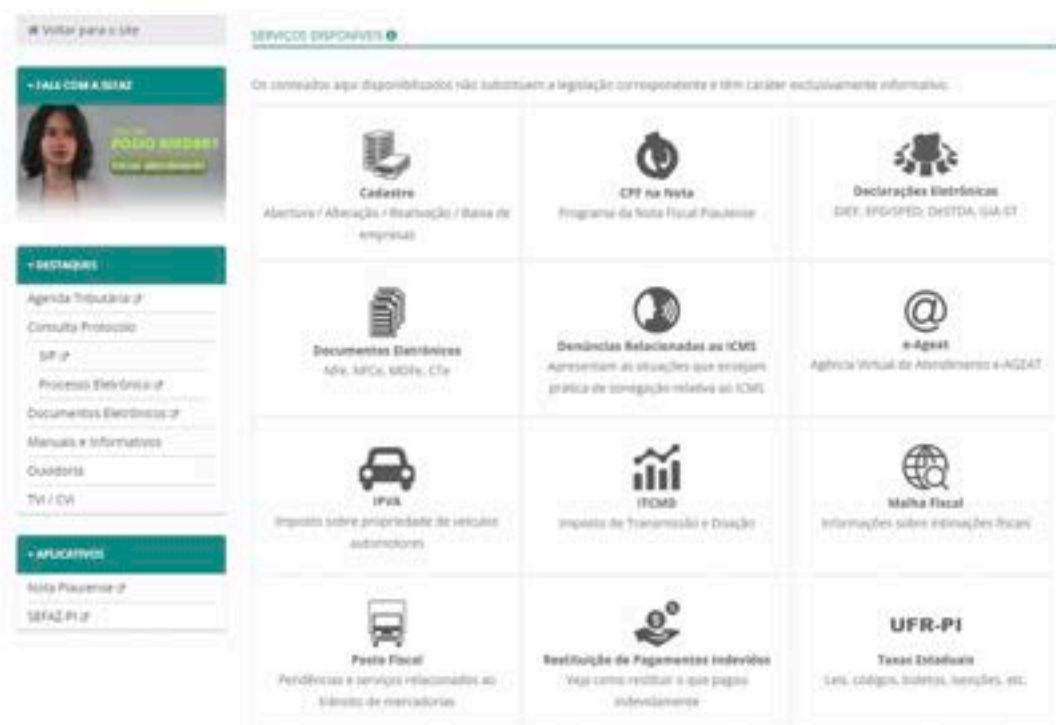
Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal NAF:

Em 2023, a UNICAT se destacou na participação das implantações de Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), em parceria com a Receita Federal do Brasil e as Secretarias de Finanças dos Municípios. Atualmente existem oito NAFs no Estado: UFPI, FAESF em Floriano, Chrisfapi em Piripiri, UFDPar em Parnaíba e na capital Estácio, CESVALE, Santo Agostinho e Maurício de Nassau.

Treinamento/capacitação:

Realizamos vários treinamentos para os servidores da UNICAT, tais como: ferramentas dos sistemas SIAT, SISAT e “Fale com a SEFAZ”, visando o melhor atendimento ao contribuinte.

Atendimento:



No que diz respeito ao desenvolvimento de melhorias, foram disponibilizados serviços de autoatendimento no portal GOV PI, novo canal de atendimento para parcelamento de IPVA, opção de pagamento de tributos por cartão de crédito, atualização e manutenção dos serviços da atendente virtual (Teresa) e novos serviços de autoatendimento pelo sistema SEI. A Atendente Virtual (Teresa) teve uma média mensal de 7.000 chamados. Já o Atendimento da equipe do Fale com a SEFAZ teve uma média mensal de 5.000 atendimentos. Ambos com o índice médio de satisfação de 80% (notas atribuídas entre 7 a 10).

Reformas

Reformada a Gerência da Sefaz em Floriano e a Agência da Sefaz em Paulistana, que pertence a GERAT de Picos:



GERAT FLORIANO



AGEAT PAULISTANA

CAPÍTULO IX

CODIN aprova concessão de incentivos fiscais para 16 indústrias, com investimentos de R\$ 122,7 mi e geração de 923 empregos

Em 2023, o Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí (CODIN) voltou para gestão da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) e aprovou 16 processos de concessão de incentivos fiscais. A concessão desses benefícios visa a ampliação e instalação de novas indústrias, prevê uma soma de investimentos na ordem de R\$ 122,7 milhões e a geração de 515 empregos diretos no primeiro ano de instalação e 923 empregos diretos após a estabilização, sem contar com os indiretos. Isso vai permitir mais oportunidades de trabalho para os piauienses e gerar desenvolvimento e progresso para o Estado.

Participam do CODIN, representantes de órgãos estaduais públicos e privados, dentre estes, os seguintes: Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria do Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural (SEAGRO), Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A (Piauí Fomento), além da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Centro das Indústrias do Estado do Piauí (CIEPI)



CAPÍTULO IX

Governo injeta R\$ 574,5 mi na economia com o pagamento da 2ª parcela do décimo e do mês de dezembro

O Governo do Piauí pagou no dia 20/12 a segunda parcela do 13º salário para os servidores públicos estaduais, injetando R\$ 220,7 milhões na economia. E com a soma do pagamento do mês de dezembro, no valor de R\$ 353,8 milhões, foram investidos R\$ 574,5 milhões para aquecer a economia do Estado no final do ano.

Vale ressaltar que o Governo do Estado realiza o pagamento da primeira parcela do 13º salário no mês de aniversário do servidor público.

Além do pagamento da última parcela do décimo, o pagamento do mês de dezembro ocorre até o próximo dia 29 de dezembro, sendo que os servidores que ganham a faixa salarial de até R\$ 2.000 já recebem no dia 26 de dezembro.

Encerrando o calendário de pagamento do ano em exercício, os servidores que ganham acima de R\$ 2.000 recebem na última sexta-feira de 2023, dia 29 de dezembro.



Governo prorroga prazo do REFIS

O Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí, prorrogou o prazo para pagamento dos tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCMD) por meio do Programa de Recuperação de Créditos Tributários, denominado REFIS 2023. O último prazo para pagamento foi no dia 28 de dezembro, último dia de expediente bancário normal do ano.

A medida visa atender uma demanda dos contribuintes e entidades representativas dos contadores e empresários. Vale ressaltar que os contribuintes que pagarem o REFIS 2023 à vista até o dia 28 de dezembro, os descontos dos juros e multas podem chegar até 95% sobre débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, incluindo os débitos negociados antes do programa.

E a negociação dos débitos também pode ser feita de forma parcelada. No caso do ICMS, o parcelamento pode ser feito da seguinte forma: em três vezes, com 90% de desconto dos juros e multas punitivas e moratórias; vezes, com 80% de desconto de juros e multas; doze com 70% de desconto de juros e multas; ou em até noventa parcelas

contribuinte deve dispor de uma entrada mínima de 20% do valor total do crédito tributário.

Já em relação aos débitos relativos ao IPVA e ITCMD, podiam ser parcelados em três, seis e até doze parcelas, sendo que os descontos serão, sucessivamente, de 90%, 80% e 70%.



SEFAZ conquista 1º lugar, na categoria tipo 2, do I Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública

A Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PI) conquistou o primeiro lugar na categoria tipo 2 (que recebe entre 61 e 160 manifestações) do I Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública.

O primeiro lugar na categoria tipo 1 (que recebe entre 161 e 500 manifestações) foi conquistado pela Secretaria de Administração (SEAD). E a primeira colocação na categoria tipo 3 (que recebe até 60 manifestações) foi conquistada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

O concurso visa proporcionar o reconhecimento e incentivo às ouvidorias que se destacam no atendimento aos cidadãos e na promoção da transparência e eficiência nos serviços públicos.



Sefaz realiza Planejamento Estratégico 2023-2026



A Secretaria da Fazenda do Piauí realizou, no mês de março desse ano, o **Seminário de Planejamento Estratégico 2023-2026**. O documento visa aprimorar os projetos e ações da Sefaz, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Na ocasião, a **SEFAZ** alinhou as ações com as diretrizes estabelecidas no **Plano de Governo da atual gestão estadual**, com foco na busca de uma melhor eficiência da gestão e na melhoria do atendimento à população.

O evento reuniu superintendentes, diretores e gerentes do órgão para elaborar o documento.

Experiência da Sefaz-PI na implantação da LGPD serve de modelo para outros órgãos



A **Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí** é um dos órgãos inovadores na implantação da **Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018)**, sendo referência para outros órgãos e Poderes, a exemplo do Ministério Público Estadual (MPE-PI).

A referida lei, que objetiva proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, já está em vigor desde setembro de 2020. **O projeto de Implantação da LGPD na SEFAZ/PI iniciou em 2021.**

A Sefaz ainda lançou uma campanha interna para sensibilização dos gestores e servidores quanto à importância do cumprimento da referida lei, denominada **'LGPD em Foco'**. A campanha é promovida pelo Grupo Técnico de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em parceria com a Assessoria de Comunicação da Secretaria da Fazenda.

Para saber mais sobre o tema, a Sefaz ainda disponibilizou no site oficial mais informações. Basta acessar: <https://portal.sefaz.pi.gov.br/lgpd/>

SEFAZ conquista Prêmio Destaque do Controle Interno 2023



A Secretaria da Fazenda recebeu em 2023 o **Prêmio "Destaque do Controle Interno"**. O órgão conquistou **o primeiro lugar na categoria dos órgãos estaduais que administram recursos no valor superior a R\$ 70 milhões**. A premiação aconteceu na solenidade de abertura do 5º Fórum Piauiense de Controle Interno.

O fórum, organizado pela Superintendência da Controladoria-Geral do Estado (CGE), está consolidado no calendário de eventos do Governo do Estado, sendo de fundamental importância para os servidores públicos, pois tem a finalidade de abordar as boas práticas de Gestão e Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Estadual, buscando discutir, aprimorar e dar mais resolutividade aos atos da Administração Pública.

Este ano, o evento discute como temática principal **"Abordagens na Transformação Digital"**.

Sefaz e Adapi firmam parceria para facilitar troca de informações e agilizar emissão de documentos da fiscalização sanitária

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI) **firmaram parceria para melhorar o controle da arrecadação e emissão das guias de trânsito animal, vegetal e demais documentos de fiscalização sanitária do estado.**

A parceria busca ainda uma maior integração entre Nota Fiscal e Guia de Trânsito Animal (GTA), visando garantir que a fiscalização seja facilitada, a partir de sistemas de informática. **Dessa forma, passará ser tudo digital, regularizando a situação fiscal e sanitária dos produtores rurais, pecuaristas e extrativistas vegetais.**



Governo lança edital para inscrição das escolas estaduais no II Concurso Cidadania na Escola

O Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e da Secretaria da Educação (SEDUC), em parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE) e a Receita Federal do Brasil (RFB), **lançaram o edital para abertura do processo de inscrição e seleção do II CONCURSO CIDADANIA NA ESCOLA,** voltado para premiar a comunidade escolar da rede pública estadual do Piauí que desenvolve na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) projetos de conscientização sobre a importância da educação fiscal.

Os três melhores projetos apresentados pelas escolas receberão os seguintes prêmios: 1º) LUGAR, a escola recebe 1 computador e 2 smartphones e os alunos recebem 4 smartphones; 2º) LUGAR, a escola recebe 1 computador e 1 smartphone e os alunos recebem 3 smartphones; e 3º) LUGAR, a escola recebe 1 computador e os alunos 2 smartphones. **Os prêmios foram doados pelo programa Receita Cidadã, projeto da Receita Federal que destina mercadorias apreendidas para contribuir com a gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social.**



Estado renova acordo de cooperação técnica para coibir sonegação fiscal e recuperar créditos tributários



O Estado do Piauí **renovou o acordo de Cooperação Técnica** que criou o **Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária (GRINCOT)**, composto por integrantes do Ministério Público, Secretaria da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Segurança (por meio da Delegacia Tributária), e instituiu a 9ª Vara Criminal da Justiça, sediada em Teresina. **O objetivo desse acordo é agir na recuperação de créditos tributários, objetos de sonegação fiscal, para esses recursos sejam revertidos em benefício da população.**

Com a inauguração do GRINCOT, em 2017, pelo então secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, e início efetivo do trabalho desses diversos órgãos envolvidos, de forma integrada, **já foram recuperados mais de R\$ 72 milhões de reais, sendo R\$ 24 milhões só em 2017.** Esses valores são referentes à **recuperação dos créditos tributários, objeto de sonegação fiscal, através da quitação e parcelamento das dívidas.**

Trata-se de uma força-tarefa, operacionalizada através da integração entre os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária estadual, que presta consultoria e representação judicial, funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.

Piauí sedia 85ª Reunião do Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ)



O Estado do Piauí foi sede da 85ª Reunião do Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ), que tem por objetivo fortalecer e aprimorar a gestão de pessoas das administrações fazendárias, além de proporcionar o intercâmbio de experiências, soluções e sistemas da gestão.

A solenidade contou com a presença da Coordenadora-Geral do GDFAZ, Blenda Rosa Pereira Couto.

O tema central da 85ª Reunião do GDFAZ é o **Teletrabalho**, assunto que ganhou muita repercussão, principalmente, depois da pandemia da **Covid-19**. Além desse tema, serão abordados outros assuntos durante o evento, estão estes os seguintes: **Políticas de Gestão de Pessoas Desenvolvidas na Sefaz-PI; Panorama Regime de Previdência Própria e Complementar; Manual de Elaboração de Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)**, dentre outros.

O GDFAZ foi criado em 1996 a partir de um convênio entre o Ministério da Fazenda e as Secretarias da Fazenda dos Estados, com o objetivo de aprimorar e fortalecer o papel estratégico da gestão de pessoas nas Unidades da Federação e fomentar o compartilhamento de boas práticas que contribuam para gerar melhores resultados no desenvolvimento e gestão de pessoas.

CAPÍTULO X

Gestão de Pessoas

PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

Os cursos vão desde cursos básicos, passando pela formação técnica dos setores envolvidos até os níveis acadêmicos de lato sensu (Pós-graduação: Especialização/MBA) e stricto sensu (Mestrado e Doutorado). Possibilita a participação dos servidores membros nos grupos de trabalho do CONSEFAZ (GDFAZ, COGEF, GEFIN, ENCAT, EDUCAÇÃO FISCAL e Grupos Técnicos-GT's).



A implementação da plataforma Moodle proporcionou um ambiente de aprendizado eficiente e flexível, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de treinamento de forma conveniente e interativa, de acordo com sua disponibilidade.

As habilidades desenvolvidas foram Pesquisa e Análise; Negociação e Resolução de Conflitos; Gerenciamento de projetos; Compliance e Ética; Tecnologia da Informação e Liderança Estratégica.



PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

O Programa de Qualidade de Vida traz uma série de benefícios tangíveis, envolvendo dimensões física, intelectual, emocional, profissional, espiritual e social aos servidores e a sociedade como um todo. As ações do Programa envolvem uma série de ações favoráveis aos servidores, dentre elas: Aconselhamento Psicológico, Ginástica Laboral, Doação de Sangue e Ações temáticas de motivação e integração.



O aconselhamento psicológico visa promover o equilíbrio emocional aos servidores que necessitam de acompanhamento especializado no ambiente de trabalho, ajudando-os a melhorar sua saúde mental, enfrentar desafios pessoais, profissionais e consequentemente melhorar sua qualidade de vida.

Os acompanhamentos individualizados são realizados em uma sala reservada e preparada na escola fazendária, prezando pela confidencialidade, ética e comprometimento com a saúde do servidor. Atualmente temos uma media de 50 servidores que aderiram ao acompanhamento individual.



A doação de sangue é uma ação social que acontece de três em três meses na SEFAZ. Atualmente temos um grupo de 70 servidores voluntariados que se propõem a abraçar e apoiar essa causa nobre.

Após a implantação do Programa de Doação de Sangue na SEFAZ já conseguiu coletar 210 bolsas de sangue para o HEMOPI, com isso salvar em média 840 vidas, pois cada bolsa salva até quatro pessoas.

Essa prática é fundamental para garantir o abastecimento dos bancos de sangue do HEMOPI bem como ajudar o próximo e gerar um sentimento de empatia, solidariedade e gratidão entre os servidores.

Durante o ano, também são realizadas ações de integração, tais como Dia das Mulheres, Dia das Mães, Festividades Regionais, Dia das Pais, Dia do Servidor e Natal, além das campanhas de promoção da saúde, como o Janeiro Branco (cuidados com a saúde mental); Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio); Outubro Rosa (alerta sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama) e o Novembro Azul (alertar para a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata).

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL - PNEF

O Ciclo de Palestras nas Escolas Públicas do Estado é uma ação do Programa Estadual de Educação Fiscal executada através do GEFE-PI (Grupo Estadual de Educação Fiscal do Piauí), que tem como público-alvo alunos da rede pública estadual, com o objetivo de incentivar a consciência cidadã nos alunos que são os futuros responsáveis pelo fortalecimento da democracia no Brasil, a partir do desenvolvimento de políticas públicas justas e igualitárias.

Resultados do Projeto:

- | | |
|-----------------|-------------|
| ➤ 30 Municípios | ➤ 7.296 Km |
| ➤ 62 Escolas | ➤ 47 Dias |
| ➤ 13.327 Alunos | ➤ 376 Horas |



Com o intuito de orientar a população em geral em relação às ações e educação fiscal, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) também produz um boletim mensal: ilustração com realismo e informações do cotidiano das ações de Educação Fiscal.



UNIDADES DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – UNATRI

SEFAZ FINALIZA CADASTRO COM A REDESIM E O PORTAL GOV.PI EMPRESAS

Neste ano de 2023, a GIEFI por meio da Coordenação do Cadastro de Contribuintes da SEFAZ-PI, finalizou a integração do Cadastro com a REDESIM e o PortalGOV.PI Empresas.

Com a entrega desse sistema, a SEFAZ-PI simplifica o cumprimento das obrigações acessórias pelos contribuintes, pois passa a processar automaticamente e de forma instantânea os diversos eventos cadastrais da REDESIM disponibilizados no Portal GOV.PI Empresas.

A conclusão dessa integração representa um importante avanço para o ambiente de negócios do Piauí, ao facilitar os processos relacionados à inscrição estadual, que é de suma importância para o desempenho das atividades econômicas das empresas que são contribuintes do ICMS.

Na **COEFI**, destacamos as seguintes atividades realizadas e projetos executados neste ano:

- Concluímos a evolução dos sistemas internos para adequação à nova versão do CT-e, que está migrando da versão 3.0 para 4.0;
- Iniciamos a primeira atividade do projeto da Nota Fiscal Fácil, sinalizando quais inscrições estaduais poderão emitir a Nota Fiscal Fácil - Módulo Produtor Rural no Cadastro Centralizado de Contribuintes;



- Obtivemos índice acima de 98% nos indicadores da GIA-Metas relacionados ao download e disponibilização de Nota Fiscal eletrônica e Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica;
- Analisamos todos os processos de cancelamento extemporâneo de documentos fiscais eletrônicos do ano de 2023.

UNATRI MONITOROU MAIS DE 145 MIL PROCESSOS EM APENAS TRÊS TRIMESTRES

A Unidade de Administração Tributária (UNATRI) foi responsável pelo monitoramento de **145.424** processos, no período de 01.01.23 a 30.09.23, contemplando os três primeiros trimestres do ano.

Primeiro trimestre

No relatório de produtividade emitido pelo SEI, no primeiro trimestre de 2023, configurou-se a seguinte situação em cada unidade:

1 – GETRI: 836 (oitocentos e trinta e seis) processos recebidos e foram atendidos 622 (seiscentos e vinte e dois) processos no mesmo período.

2 – COREG: 347 (trezentos e quarenta e sete) processos recebidos e foram atendidos 126 (cento e vinte e seis) processos no mesmo período.

3 – NUAPE: 580 (quinhentos e oitenta) processos recebidos e foram atendidos **560** (quinhentos e sessenta) processos no mesmo período. Assim, no período foram tramitados **1.736** (um mil setecentos e trinta e seis) processos e atendidos **1.308** (um mil trezentos e oito), resultando no índice de produtividade de **75,34%** (setenta e cinco vírgula trinta e quatro por cento) durante o período.

Segundo trimestre

No relatório de produtividade emitido pelo SEI, no segundo trimestre de 2023, configurou-se a seguinte situação em cada unidade:

1 – GETRI: 1.298 (um mil duzentos e noventa e oito) processos recebidos e foram atendidos **1.116** (um mil cento e dezesseis) processos no mesmo período.

2 – COREG: 952 (novecentos e cinquenta e dois) processos recebidos e foram atendidos **729** (setecentos e vinte e nove) processos no mesmo período.

3 – NUAPE: 1.124 (um mil cento e vinte e quatro) processos recebidos e foram atendidos **1.084** (um mil e oitenta e quatro) processos no mesmo período. Assim, no período foram tramitados **3.374** (três mil trezentos e setenta e quatro) processos e atendidos **2.929** (dois mil novecentos e vinte e nove), resultando no índice de produtividade de **86,81%** (oitenta e seis vírgula oitenta e um por cento) durante o período.

Terceiro trimestre

No relatório de produtividade emitido pelo SEI, no terceiro trimestre de 2023, configurou-se a seguinte situação em cada unidade:

1 - GETRI: 927 (novecentos e vinte e sete) processos recebidos e foram atendidos **711** (setecentos e onze) processos no mesmo período.

2 - COREG: 466 (quatrocentos e sessenta e seis) processos recebidos e foram atendidos **307** (trezentos e sete) processos no mesmo período.

3 - NUAPE: 764 (setecentos e sessenta e quatro) processos recebidos e foram atendidos **702** (setecentos e dois) processos no mesmo período. Assim, no período foram tramitados **2.157** (dois mil cento e cinquenta e sete) processos e atendidos **1.720** (um mil setecentos e vinte), resultando no índice de produtividade de **79,74%** (setenta e nove vírgula setenta e quatro por cento) durante o período.

Ouvidoria

Total de manifestações: **1672**

O canal mais utilizado para contato com a Ouvidoria foi o e-mail institucional, totalizando 70,3% dos atendimentos, conforme quadro abaixo:

Forma de recebimento	Quantidade	Percentual %
FalaBR	442	26,4 %
E-mail Institucional	1.176	70,3%
Telefone	52	3,11%
Presencial	2	0,17%
TOTAL	1.672	100%

Os temas tratados são os mais diversos, havendo preponderância de pedidos de liberação de mercadorias, andamento de processos SEI, demandas encaminhadas por outros órgãos, IPVA, ITCMD, fiscalização de empresas, e etc.

Assuntos	Percentual %
Mercadorias retidas	39%
Fiscalização de empresas	23%
IPVA	21%
Andamento de processos SEI	8%
Demandas enc. por outros órgãos	5%
ITCMD	4%

Nos casos em que a resposta é dada pela própria Ouvidoria, o tempo é calculado desde o recebimento do relato pela equipe até o momento da conclusão da manifestação no respectivo canal de atendimento.

Quando ocorre o encaminhamento do relato às unidades técnicas, o tempo de resposta é calculado desde o dia do encaminhamento da manifestação à unidade até o dia de sua devolução à Ouvidoria. Conforme dados extraídos pelo Painel Resolveu, plataforma da CGU, o tempo médio de resposta deste órgão é de 2,76 tempo médio (dias), considerando as demandas recebidas e concluídas em 2023.

Já a pesquisa de satisfação da Ouvidoria da SEFAZ-PI possui importância fundamental na busca por excelência no atendimento e na melhoria contínua de seus serviços. Atualmente, o formulário da pesquisa de satisfação conta com três perguntas. Quando uma manifestação é finalizada, o(a) manifestante recebe uma mensagem por e-mail, convidando-o(a) a responder à pesquisa. Caso o manifestante não responda, um segundo e-mail é enviado, reiterando o convite. Abaixo pode-se verificar alguns dos feedbacks dos cidadãos, que é uma maneira muito eficiente de determinar se este Órgão está entregando o que o público-alvo procura.



QUEM SOMOS

MISSÃO

Promover com excelência e transparência a administração das receitas e dos gastos públicos, primando pelo atendimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Piauí.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como referência na gestão das receitas e dos gastos públicos e no atendimento à sociedade.

VALORES

- Ética e Transparência;
- Desenvolvimento e Valorização dos Servidores;
- Trabalho em Equipe;
- Inovação e Atualização Tecnológica;
- Orientação para Resultados;
- Excelência no Atendimento;

SECRETARIA
DA **FAZENDA** - SEFAZ



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.